

**EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.061 - SP
(2019/0206017-6)**

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : OSVALDO BROLEZI FILHO
ADVOGADO : LUIZ ARNALDO ALVES LIMA FILHO - SP245068
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, AMBIGUIDADE E OBSCURIDADE. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. CARÁTER INFRINGENTE. DESCABIMENTO. TESE DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.

1. O Embargante se limita, na verdade, a repetir o argumento trazido no recurso especial, o qual não foi admitido pelo Tribunal de origem e cujo agravo interposto sequer ultrapassou o juízo de admissibilidade.

2. Ausente a concreta demonstração da ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 619 do Código de Processo Penal, não prospera o recurso integrativo.

3. Não incumbe ao Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de recurso especial, nem mesmo para fins de prequestionamento, examinar supostas ofensas a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência atribuída pela Constituição Federal ao Supremo Tribunal Federal.

4. Embargos de declaração não conhecidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer dos embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora